

O JORNAL 30 DE AGOSTO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SINDICAL DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ, UM ATO NO CONTEXTO DE REORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOCENTE (1978-1988).

Graduando: Wagner Tauscheck.
Orientador: Dennison de Oliveria.

No dia 30 de agosto de 1988, os policiais militares do Estado do Paraná reprimiram violentamente uma manifestação dos professores da rede estadual de ensino. Eles estavam armados com bombas de efeito moral, spray de gás lacrimogêneo, cassetetes e cavalos. Quando o ato estava em frente do palácio do governo, os policiais impediram que o carro de som continuasse, momento que marcou o início de um confronto mais violento entre policiais e professores. A pior parte desse confronto aconteceu quando a polícia militar, ao tentar acabar com o acampamento próximo à Assembleia Legislativa do Paraná, utilizou da cavalaria e bombas para reprimir os professores e retirar suas barracas. Nas palavras do próprio sindicato:

“Naquele dia, os educadores, que organizaram um acampamento em frente ao Palácio, não encontraram o diálogo como resposta, mas a violência policial. Mobilizados e esperançosos para buscar seus direitos, professores/as foram recepcionados por policiais militares armados de cassetetes, spray de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. O batalhão de choque, policiais acompanhados de cães ferozes e da cavalaria também investiram contra a passeata”.¹

Essa descrição deste ato está na edição comemorativa de 20 anos do jornal *30 de agosto*, mas também em outras publicações com citações, imagens, reportagens e muitas outras edições comemorativas sobre essa greve, para além de próprio nome do jornal, consolidando assim um “monumento de memória”² do sindicalismo paranaense.

Desta forma, podemos afirmar a existência da construção de uma memória sobre essa manifestação. Com objetivo de compreender a complexidade desse fato político e transformá-lo em objeto de análise historiográfica essa pesquisa se inscreve no campo da história política na temática acerca da organização sindical dos servidores públicos, se debruçando em especial sobre o papel da construção da memória coletiva e institucional no processo de reorganização do sindicato e de redemocratização.

Na tentativa de entender essa construção, me utilizei do material do próprio Sindicato Estadual dos Professores (APP-Sindicato). Porém, ao utilizar esse material é importante ressaltar que a construção dessa memória, em torno desse ato, vai para além dos materiais produzidos pelo sindicato. Uma vez que, já se passou mais de 25 anos desse ato e ele ainda é relembando pela repressão e violência aos professores.

Essa construção para além dos espaços do jornal fica evidente pela forma que ele é retomado em diferentes momentos por diferentes interlocutores. Seja através da memória institucional do sindicato produzida pelos seus materiais e o dia anual de paralisação, organizado pelo sindicato com objetivo memorialístico com o título “dia de luta e luto”. Ou na política partidária, com os debates eleitorais em que Alvaro Dias

¹ Jornal “30 de agosto”: Edição especial publicada em outubro 2008. Texto: “30 de agosto: Violência contra os educadores completa 20 anos”.

² LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1994.

(PSDB), governador da época pelo PMDB (1987-1991), é candidato a algum cargo eletivo. Ainda podemos afirmar que esse ato é lembrado também após outras repressões que os movimentos sociais ainda sofrem em nosso estado.

Ao analisar o Jornal 30 de agosto, que tem como nome a data do ato, busco responder as seguintes questões: como esse ato está presente nesse periódico sindical, para além do seu título? Ou seja, qual a complexidade da narrativa e memória construída nos últimos 20 anos pela APP-Sindicato? É possível inserir esse processo de luta na trajetória de reorganização do sindicalismo no serviço público? Quais as singularidades e contradições na trajetória de reorganização da APP-Sindicato no período do ato e quais relações podem ser estabelecidas com o contexto histórico mais amplo?

O jornal *30 de agosto*, de sua primeira edição no início dos anos 90 até o número comemorativo de 20 anos do ato, é o objeto dessa pesquisa. Em especial a relação que a narrativa do ato marcou uma disputa política e de concepção sindical, nas três gestões após a greve. Como fontes secundárias foram utilizadas outras descrições do ato e também reportagens do jornal curitibano para apontar qual foi a construção do ato contexto em que ele ocorreu.

Esse recorte nos remete a necessidade de um debate metodológico de análise de fontes jornalísticas em relação à memória e política. Para tanto, vou utilizar o clássico livro *“Imprensa e história do Brasil”* de Maria Helena R. Capelato, para quem “a imprensa registra, comenta e participa da história”³. Ou seja, para ela a imprensa não pode ser entendida simplesmente como portadora dos fatos históricos ou como a outra face dessa mesma análise, em que as fontes jornalísticas devem ser descartadas, uma vez que, estão “impregnadas” de elementos ideológicos e de manipulação.

Desta forma, não entendo a fonte jornalística simplesmente como elemento de manipulação de interesses e desprendida dos fatos ou em um sentido contrário, quando a reportagem é entendida como “espelho da realidade”. Tentarei, por outro lado, entender essa reportagem como uma parte do quebra cabeças ou uma rede de elementos que constroem intencionalmente ou não memória política.

Antes de partir para os resultados dessa pesquisa é importante descrever o estado das fontes, até mesmo pelo fato de que isso nos ajudou a compreender a importância desse ato e a construção das memórias, visto que as primeiras edições do jornal estão reunidas em uma pasta comemorativa encadernada pelo secretário de comunicação do sindicato em decorrência da comemoração dos 60 anos da entidade.

Espero que até aqui tenha ficado evidente que existiu um esforço por parte do sindicato em construir a memória dessa repressão. Partindo desse esforço, podemos apontar para algumas das análises presentes nesse trabalho monográfico, inicialmente podemos tentar compreender a utilização do termo “dia de Luto e Luta”. Expressão ligada ao ato do dia *30 de agosto* que inicialmente foi utilizada na gestão de concepção sindical corporativista e que se tornou o subtítulo do jornal em diferentes edições. Ainda sendo reafirmado como identidade da paralisação anual realizada pelo sindicato no dia do ato.

Como podemos observar, a construção dessa memória passa por essa expressão, pois para o sindicato lembrar esse ato sempre está ligada a outra luta no presente, ou seja, apontando para a necessidade de ação do sindicato. Assim, podemos ler a abordagem do dia *30 de agosto* como uma orientação no presente. Existem vários exemplos possíveis, pois o calendário de mobilizações do sindicato sempre passa pela paralisação dia 30 de agosto, mas vou citar a campanha extremamente relevante até os

³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998, p.13.

dias de hoje, pois não foi inteiramente conquistada, ou seja, a campanha pela hora atividade:

“cerca de 3 mil professores de todas as regiões do Estado participaram da passeata no dia 30 de agosto. Como acontece todos os anos, a manifestação relembrou a repressão do governador Alvaro Dias contra professores em greve em 30 de agosto de 1988(...)Este ano o principal tema da data foi a reivindicar a implementação do hora-atividade em 50%, mas o magistério também quer a reposição de todas as perdas dez do Governo Alvaro Dias (conforme promessa de Lerner).”⁴

Mas a expressão “dia de luto e luta” é composta por duas palavras, sendo que a primeira palavra é “Luto”. Essa palavra remete ao passado e a uma necessidade de nunca se esquecer da violência sofrida pelos professores no momento de redemocratização do país. Esse discurso do “nunca mais” foi estudado brilhantemente por Beatriz Sarlo⁵, que ao analisar o contexto do fim das ditaduras latino-americanas, a lembrança tornou-se fonte para a restauração de laços sociais e comunitários. Partido dessa afirmação à autora busca debater como o relato em primeira pessoa ganhou, no caso argentino, uma força de verdade. Na análise dos relatos sobre o nosso ato podemos trabalhar enquanto uma hipótese com a ideia de que era necessário construir um discurso em que “nunca mais” serão suportados atos de violência por parte do Estado contra os movimentos sociais após a redemocratização.

Nesse sentido as produções dessas matérias feitas pelo sindicato acabam por enquadrar a memória desse passado, dando um “sentido comum”. Porém, partindo das proposições de Michael Pollak⁶, podemos perceber a existência de disputas, silêncios e esquecimento se compararmos as diferentes narrativas produzidas pelo jornal 30 de agosto sobre o ato.

Em relação a como atendemos a memória partimos também Sarlo, para quem a memória tem força com a “sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, por trás deles, por uma ideologia que evidencia um *continuum* significativo e interpretável do tempo.”⁷ Nessa parte do texto a autora está falando da produção de obras não acadêmicas e de grande circulação, ou seja, que não passaram pelos debates metodológicos que tem a função supervisionar ou que no mínimo “garante o artesanato aceitável dos seus produtos”⁸.

Mesmo que a autora não esteja trabalhando com a memória produzida por periódicos, suas problematizações fizeram amadurecer uma análise sobre a produção de relatos sistemáticos sobre o passado produzido pelo sindicato, uma vez que também não são acadêmicos e acabam, como afirma a autora, por alimentarem-se do “sentido comum” ou não oferecendo um sistema de hipóteses, mas certezas sobre a memória do ato.

⁴ Jornal “30 de agosto”. Edição de setembro de 1996, nº48, ano VI. Texto: ato do dia 30 foi dedicado a luta pela hora-atividade.

⁵ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁶ Sobre as disputas de memória presentes em jornais, e que utilizam a metodologia proposta por Pollak tivemos como referência a obra *Memória e narrativa jornalística* de Ana Paula Goulart Ribeiro e Danielle Ramos Brasiense, em as autoras estudam a construção e os silêncios da memória sobre a chacina da Candelária no jornal O Globo. Ainda sobre a memória e política a partir de Pollak, podemos citar o texto *Memória e conflito no Partido dos Trabalhadores* em que Igor Gomes Santos trabalha com as disputas em torno das tradições e memória da política fundacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

⁷ *Ibidem*, p 13.

⁸ *Ibidem*, p 13

Um momento em que fica clara uma disputa sobre a memória do ato está na transformação do sindicato em associação e nas disputas de concepção sindical, em especial com os conceitos em torno do “novo sindicalismo”.

O sindicalismo no contexto da redemocratização é um objeto que já se tornou clássico em nossa historiografia, seja através de análises althusseriana da permanência estruturas legais e relação com o estado - como na importante obra de Armando Boito Jr.⁹, em um sentido diferente com uma abordagem das novas experiências e potencialidades do período e o estudo do movimento operário no ABC paulista, como trabalhado por Ricardo Antunes, em “O novo sindicalismo”¹⁰. Ou ainda, através de análise de Marcelo Badaró Mattos¹¹, para quem o “novo sindicalismo” deve ganhar aspas e o plural para poder debater a uma dupla significação uma ligada à produção acadêmica e no outra ao discurso sindical. Nessa obra Badaró dá voz a uma análise que não se prende ação coletiva isoladamente, partindo de uma influência Thompsoniana.

Um elemento é consensual nas pesquisas acima citadas, o movimento sindical constituído no final dos anos 70 e na década seguinte era considerado novo pela sua capacidade de retomada do movimento grevista, da reorganização sindical com princípios na tentativa de superação do sindicalismo atrelado ao estado, da crítica ao governo civil-militar, da criação de centrais sindicais, em especial a CUT. Nessa experiência existiu ainda uma relação com os movimentos sociais do campo e de movimentos populares ligados à teologia da libertação.

Desta forma, para continuarmos a análise desse jornal nos faz necessário retomar o que estou chamando de “novo sindicalismo” e entender a trajetória do sindicalismo público. Resumidamente podemos elencar 7 pontos que constituem essa concepção sindical: a) crítica ao regime militar e participação no processo de redemocratização; b) crítica ao sindicalismo corporativista; c) estar inserido em um processo nacional de lutas docentes; d) ter relação com outros movimentos e sindicatos; e) concepção Classista; f) se relacionar com a CUT.

Essa concepção dita mais “combativa” está ligada a gestão que organizou a greve de 1988, transformou a associação em sindicato e lançou o jornal *30 de agosto*. Isso fica evidente pela aproximação com CUT, solidariedade ao MST outras greves, concepção classista de sindicato, luta pelas Diretas Já e a participação em espaços nacionais do sindicalismo docente como a Coordenação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) criada no contexto de mobilização docente a partir do final dos anos 70 e filia-se a CUT em 1988¹².

Essa dicotomia entre sindicalismo e associação deve ser relativizada na prática de organização dos professores. Como podemos observar, o sindicato absorve a tradição do associativismo, como podemos ver no próprio nome que mantém a palavra “associação”, mesmo sendo esse pretensamente uma palavra negativa e apenas é acrescido o sufixo sindicato, com também é herdeiro de todo o patrimônio físico da entidade.

⁹BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec, 1991.

¹⁰ANTUNES, Ricardo. *O Novo sindicalismo*. São Paulo: Urgente. 1991.

¹¹MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

¹² Para uma análise sobre o sindicalismo docente nos anos 80 e 90, ler: *Movimento Sindical Docente: A Difícil Trajetória* de Aparecida Nari de Souza. Ainda sobre o novo sindicalismo e movimento docente, ler tese: *As Lutas dos Trabalhadores da Educação: do Novo Sindicalismo a Ruptura com a CUT*, de Kenia Aparecida Miranda (História-UFF). Para uma história geral do sindicalismo no serviço público, ler: *A Liberdade Desfigurada – A Trajetória do Sindicalismo no Setor Público Brasileiro*, de Arnaldo José França Mazzei Nogueira.

Mesmo no *jornal 30 de agosto*, em sua primeira edição produzida pela gestão que realizou essa transformação ao falar da greve 1990 o texto retoma a tradição de mobilização e greves anteriores. Com o título do texto “A maior greve” em comparação a outras mobilizações do magistério paranaense citando as greves de 1962, 1968, 1978, 1980, 1981, 1982, 1986 e 1988. Ou ainda nesse mesmo texto quando se remete a tradição de 42 anos que é atacada pelo governo que criminalizou seus diretores e impediu o sindicato de fazer arrecadar a contribuição na folha de pagamento “de certa forma buscou destruir a organização que já tem 43 anos de existência”¹³.

As disputas por essa memória e a relação com a concepção fica evidente na gestão posterior em que a opção ganha à diretoria e ao escrever sobre o *30 de agosto* aponta para uma crítica:

“30 de agosto é dia de meditar. Há tempo de repensar a nossa luta. se é um dia de luto pela nossa EDUCAÇÃO, podemos transforma-lo em vitória, se não cometemos os mesmos erros de nos pautarmos pelas sirenes dos mestres das ruas”¹⁴

Essa crítica está presente em outros textos que apontam para a necessidade de superação o sindicalismo classista e de origem trotskista que só estaria favorecendo elementos externos aos professores. Portanto, temos uma gestão (88-91) que é responsável por uma aproximação ao “novo sindicalismo”, mas que ao ser derrotado em 1991 expõem outra narrativa sobre o *30 de agosto*.

Porém, em 1994, se inicia outra gestão e o grupo ligado a sindicalismos “cutista” ganha novamente o sindicato e em um texto sobre o balanço do Governo Alvaro Dias aponta para outra leitura do *30 de agosto*. Essa gestão também é responsável por em 1995 a filiar a APP-sindicato a CUT. Como podemos observar nessa citação:

“A resistência da categoria se fez sentir em duas greves. Um em 1988, com a tentativa de novo acampamento e ocupação da Assembleia Legislativa. Ao apelo que houvessem negociações- quem não se lembra era o 30 de agosto- o governo respondeu com bombas, cassetetes, cavalaria, vandalismo policial, ferimentos corporais e mutilações morais em todos os professores (...) Em 1991 ocorreu novo processo eleitoral no sindicato. Apareceu um messias, condutor do magistério. O nosso salário vai melhorar na base do dialogo e greve nunca mais foram frases muito ouvidas na campanha ”¹⁵

Portanto, esse trabalho aponta para a constatação de que a organização dessa memória não é única, pois existem diferenças de abordagem e discursos sobre o ato, em diferentes gestões políticas do jornal. Em alguns momentos as narrativas parecem estar mais próximas à necessidade de dar identidade aos professores, com uma concepção mais corporativista e em outros momentos, ligado a memória da violência e do momento de redemocratização e reorganização sindical. Desta forma, aponta a construção de uma memória sindical, em disputa, presente no jornal *30 de agosto* sobre o dia de “Luta e Luto” dos professores do estado do Paraná.

Palavras chaves: 30 de agosto, memória e sindicalismo docente.

¹³ Editorial do jornal 30 de agosto edição: ano 1; nº 1; novembro/dezembro de 1990.

¹⁴ Jornal “30 de agosto”: Edição de agosto de 1991, nº5, ano I. Texto: 30 de agosto – luta e luto.

¹⁵ Jornal “30 de agosto”: Edição de novembro de 1993, nº17, ano III. Texto: Os responsáveis pela situação dos professores.